

Apoio



ANO 11 Nº 9  
Setembro de 2002

# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

## RS lidera geração de emprego industrial entre 1996 e 2000

O IBGE divulgou recentemente os resultados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2000, que vêm confirmar a continuidade de um processo de desconcentração regional da atividade industrial no Brasil. Nesse sentido, entre 1996 e 2000, a Região Sudeste viu reduzir-se de 68,1% para 66,1% sua parcela relativa no Valor da Transformação Industrial (VTI) do País; no emprego industrial, o recuo foi ainda mais acentuado: de 61,1% para 57,2%. A queda na participação dessa região se deveu, fundamentalmente, ao comportamento de São Paulo, que apresentou recuo de 49,5% para 45,3% em sua parcela no VTI nacional e de 41,9% para 38,6% na do pessoal ocupado. O Rio de Janeiro perdeu participação no emprego, de 7,9% para 6,7%, mas o VTI evidenciou comportamento discrepante, elevando-se de 8,2% para 9,4% no período. Minas Gerais, por sua vez, apresentou um pequeno avanço em sua participação, tanto no VTI (de 9,1% para 9,5%) quanto no emprego (de 10,0% para 10,4%).

No VTI, a perda de participação da Região Sudeste associou-se a um reforço relativo das parcelas das Regiões Nordeste e Sul — proporcionalmente mais significativo para a primeira —, enquanto a Norte e a Centro-Oeste mantiveram suas participações inalteradas. Quanto ao pessoal ocupado, apenas na Sudeste houve retração. No agregado nacional, entre 1996 e 2000, a variação do emprego industrial foi de 3,6%, equivalente a 180,6 mil postos. A maior expansão em contingente, dentre as regiões, verificou-se na Região Sul, que gerou 142,5 mil empregos. Seguiram-se a Nordeste e a Centro-Oeste, com variações absolutas bastante semelhantes entre si (57,9 mil e 55,6 mil respectivamente). Por fim, na Região Norte foram gerados 20,4 mil novos postos industriais. Tomadas as variações percentuais do contingente empregado na indústria, a Região Sul teve a terceira posição, com 12,5%, resultado bastante inferior ao da Centro-Oeste (35,5%) e um pouco menos expressivo do que o da Norte (15,2%).

Nesse processo de desconcentração da atividade industrial do País, o Rio Grande do Sul obteve ganho de participação: o VTI do Estado elevou-se de 7,8% do total nacional em 1996 para 8,3% em 2000; no emprego industrial, sua parcela passou de 9,6% para 10,6% no mesmo período. Se, por um lado, o Estado manteve a quarta colocação no Valor da Transformação Industrial do País, por outro, avançou sua posição no emprego industrial, conquistando, de Minas Gerais, o segundo lugar. Entre 1996 e 2000, o Rio Grande do Sul teve um crescimento de 13,8% no contingente ocupado na indústria e foi a unidade da Federação com maior variação

absoluta do emprego industrial: 67,3 mil postos, o correspondente a 37,2% do total de empregos que foram gerados no setor em todo o País.

Observa-se que a participação do Rio Grande do Sul no total do País teve maior avanço relativo no pessoal ocupado do que no Valor da Transformação Industrial. A associação dessas duas variáveis evoca a questão da produtividade. Aplicado em um nível tão agregado — o total da indústria, desconsiderada sua composição em gêneros ou segmentos —, esse indicador é pouco adequado para apreender diferenciais de eficiência produtiva. No caso específico da evolução recente da indústria gaúcha — considerando-se o dinamismo verificado tanto no emprego quanto no VTI —, o que se constata é que o setor tem se expandido com o reforço de segmentos produtivos mais intensivos em mão-de-obra, vinculados aos gêneros tradicionais, que têm, historicamente, forte presença em nossa estrutura industrial.

Distribuição do Valor da Transformação Industrial e do pessoal ocupado e variação do pessoal ocupado por regiões e estados selecionados do Brasil — 1996 e 2000

REGIÕES E ESTADOS	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VTI		PESSOAL OCUPADO		
			Distribuição %		Variação Absoluta 2000/1996
	1996	2000	1996	2000	
<b>Norte</b> .....	4,5	4,5	2,7	2,9	20 406
<b>Nordeste</b> .....	7,6	8,9	10,6	11,3	57 916
Ceará .....	1,1	1,7	2,2	2,7	30 170
Pernambuco .....	1,5	1,1	2,5	2,4	1 433
Bahia .....	2,8	3,9	2,0	2,2	15 998
<b>Sudeste</b> .....	68,1	66,1	61,1	57,2	-95 813
Minas Gerais .....	9,1	9,5	10,0	10,4	40 060
Rio de Janeiro .....	8,2	9,4	7,9	6,7	-48 582
São Paulo .....	49,5	45,3	41,9	38,6	-98 600
<b>Sul</b> .....	17,6	18,3	22,5	24,5	142 526
Paraná .....	5,3	5,7	6,2	6,7	36 572
Santa Catarina .....	4,5	4,3	6,7	7,2	38 661
Rio Grande do Sul .....	7,8	8,3	9,6	10,6	67 293
<b>Centro-Oeste</b> .....	2,2	2,2	3,1	4,1	55 626
<b>BRASIL</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	180 660

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual.

Os Editores

## Comunidade financeira internacional socorre o Uruguai

A fuga dos depósitos — com maior intensidade nos bancos nacionais — e a diminuição das reservas uruguaias acentuaram-se no período de final de julho a início de agosto do corrente ano. A instabilidade presente na conjuntura econômica do Mercosul aliada aos crescentes problemas políticos em âmbito nacional explicam o desdobramento da crise. No corrente ano, as autoridades locais e o FMI prevêem redução de 1,7% no PIB e inflação de 10,1%, uma situação adversa para um país que enfrenta um processo recessivo desde 1999.

Em junho, o FMI havia ampliado um acordo de *stand-by* que mantinha com o Uruguai de US\$ 781 milhões para US\$ 2,3 bilhões. No início de agosto, o Fundo revisou os termos acordados com aquele país, antecipando US\$ 300 milhões e destinando-lhe recursos adicionais da ordem de US\$ 494 milhões — além dos US\$ 2,3 bilhões. Complementando a assistência ao Uruguai, que resgatou um empréstimo-ponte de US\$ 1,5 bilhão com o governo dos Estados Unidos, o BIRD e o BID também participaram da operação, contribuindo com US\$ 1 bilhão.

O volume de recursos recebidos, combinado com a decisão de não socorrer as instituições financeiras insolventes, está gerando a expectativa de uma retomada da economia uruguia em um horizonte de tempo menor do que os analistas econômicos previam até recentemente.

Indicadores recentes e projeções da economia uruguia — 2001-03

INDICADORES	2001-03 (%)		
	2001	2002	2003
PIB real .....	-2,0	-1,7	3,0
Preços ao consumidor .....	3,6	10,1	8,1
Superávit primário/PIB .....	-1,1	0,9	2,7
Saldo em conta corrente/PIB .....	-3,1	-1,7	-1,9

FONTE: FMI.

Antônio Carlos C. Fraquelli (FEE/NEESF)

## Crescimento da safra de trigo diminui necessidade de importações

Estimativas realizadas pelo IBGE apontam para um aumento de 31,1% na produção nacional de trigo, que deverá atingir a casa dos 4,3 milhões de toneladas; para esse incremento, são esperadas uma produção da ordem de 2,6 milhões de toneladas no Paraná — que representa, aproximadamente, 61,7% do que é produzido no País — e uma de 1,3 milhão de toneladas no Rio Grande do Sul, com uma participação de 29,5%. Para a safra de 2002, houve um incremento de, aproximadamente, 14% na área cultivada nos dois estados, que, juntos, detêm 91,2% do que é produzido no País. Esse aumento da área do trigo, para a atual safra, era esperado como decorrência da majoração dos preços. Se comparados os

preços praticados em agosto do corrente ano com os de igual período do ano anterior, constata-se um aumento de, aproximadamente, 26,6%.


Provavelmente, essa situação favorável de mercado deverá manter-se. Estimativas realizadas indicam uma oferta mundial de 580 milhões de toneladas, inferior à demanda projetada de 589 milhões de toneladas. Somente o Brasil, embora com o aumento esperado da produção, deverá buscar no mercado externo cerca de 6 milhões de toneladas de trigo para assegurar a demanda interna, que está estimada em 10 milhões de toneladas.

Estimativas da produção e da área de trigo no Brasil e nos principais produtores — safra 2001/2002

BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS	PRODUÇÃO (t)		ÁREA (ha)	
	2001	2002	2001	2002
Paraná .....	1 912 208	2 637 934	962 760	1 099 139
Rio Grande do Sul .....	1 075 912	1 261 895	613 131	698 064
Brasil .....	3 260 834	4 275 273	1 728 161	1 990 630


FONTE: IBGE.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/NEA)




**crédito assistido**  
Apóio Técnico e Crédito para Pequenas Empresas e Indústrias

**Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.**



**Mercosul**  
Melhor porque é nosso



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-jul./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	...	...	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	125,4	-0,9	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	124,9	-0,4	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	125,9	-1,2	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	111,0	-1,6	100,0	-20,6	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,2	1,8	96,0	-4,1	44 300
Mar./01	4,1	21,5	6,5	6,4	16,3	114,4	5,7	97,1	1,1	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	97,0	-0,1	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	124,9	12,2	97,5	0,5	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,3	18,3	125,0	12,9	98,2	0,8	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,2	17,9	100,2	2,0	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	128,8	24,2	98,8	-1,4	45 010
Set./01	2,6	20,1	6,2	6,5	19,0	137,1	31,7	97,8	-1,0	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	135,6	28,5	97,4	-0,5	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,1	123,5	13,2	110,6	13,6	45 587
Dez./01	1,5	-	5,6	7,7	18,8	114,1	4,1	139,3	25,9	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	-	109,6	-1,3	106,7	-23,4	52 298
Fev./02	-	-	7,0	7,5	18,5	106,7	-4,9	102,4	-4,0	50 056
Mar./02	0,3	-	7,1	7,7	18,5	103,0	-10,0	102,8	0,4	49 371
Abr./02	-	-	7,6	8,0	18,5	100,8	-14,5	104,3	1,5	48 598
Mai./02	-	-	7,7	7,8	18,5	107,3	-14,1	105,4	1,1	49 265
Jun./02	-	19,0	7,5	7,7	18,0	115,7	-7,4	104,7	-0,6	50 577
Jul./02	-	-	7,5	7,5	18,0	-	-	-	-	54 220

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-jul./02

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Expor- tações (1)	Impor- tações (1)	Transa- ções corren- tes (6)	Investimen- tos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	...	...	89,52	-3,7	-	(9) 69,0	13,4	-2,3	1,57	...	...	23 754	...
Dez./93	...	...	97,13	7,5	-	(9) 72,0	8,1	25,1	-0,14	...	...	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9) 77,0	12,3	28,7	-0,31	...	...	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9) 83,0	6,8	51,1	-2,55	...	...	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Jul./00	-3,18	49,5	130,37	6,9	-	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,29	7,0	-	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,6	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,6	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,05	7,2	0,2	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,90	6,2	-1,3	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,33	6,5	9,1	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,49	6,7	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai./01	-3,79	51,9	132,88	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,84	5,62	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,74	5,8	-2,5	-	11,9	15,9	-4,85	5,29	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,22	5,3	3,5	80,9	9,9	13,9	-5,06	4,88	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,06	4,6	2,5	-	7,8	11,2	-5,07	4,76	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,24	4,1	-5,4	-	6,8	8,0	-5,02	4,82	0,19	40 054	232 442
Out./01	-3,95	54,4	132,05	3,2	2,1	79,9	6,8	5,8	-4,89	4,74	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,28	2,6	-1,7	-	6,0	5,0	-4,77	4,12	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	53,3	112,42	1,5	-10,7	-	5,5	1,6	-4,61	4,50	0,12	35 866	226 036
Jan./02	-3,64	55,1	117,65	0,5	6,4	79,5	2,4	-3,1	-4,36	4,40	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,45	0,3	-1,2	-	1,8	-4,1	-4,21	4,36	-0,15	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	125,55	-0,7	6,4	-	-1,1	-8,8	-3,88	4,40	-0,52	36 721	226 962
Abr./02	-3,37	54,6	129,97	-0,7	3,2	79,1	-2,0	-9,8	-3,77	4,36	-0,59	33 008	224 695
Mai./02	-3,29	55,7	131,60	-1,2	-0,1	-	-4,1	-13,1	-3,68	4,22	-0,54	32 889	225 088
Jun./02	-3,42	57,9	127,62	-1,0	-2,0	-	-6,1	-15,6	-3,50	4,28	-0,78	41 999	-
Jul./02	-3,49	61,9	-	-	-	79,6	-3,9	-15,3	-3,19	3,95	-0,76	39 060	-

FONTE: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

## Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 9

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./00-set./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Abr./00	-	146,31	103,07	110,75	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai/00	-	158,38	112,46	111,12	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,98	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,30	97,24	102,37	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	155,99	99,35	101,21	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,01	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	130,65	102,63	101,66	282,5	155,3	59,1	496,9	126,20	577,21
Mar./02	-	153,31	98,28	100,38	245,8	108,3	49,7	403,7	127,22	576,94
Abr./02	-	168,70	110,88	103,21	310,3	138,6	64,1	513,0	128,28	577,39
Mai/02	-	163,56	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	469,7	128,89	577,12
Jun./02	-	151,89	102,90	103,61	294,0	122,2	66,2	482,5	129,68	577,79
Jul./02	-	-	-	-	292,3	130,5	66,3	489,1	131,05	593,97
Ago./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	603,19
Set./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	609,38

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./00-set./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Abr./00	14 283	11,4	18,8	754	753	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	772	766	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	788	774	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	16,8	797	771	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	787	774	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	773	763	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	762	761	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	756	751	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	760	750	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	755	755	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	758	767	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	743	763	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	749	766	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	737	742	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	739	740	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	727	728	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	730	731	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	746	753	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	747	760	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	750	762	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	736	739	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	10 652	8,9	14,5	716	712	784 376	1 588 496	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	6 150	9,2	15,0	717	721	593 381	1 717 735	372 940	-56,4	-17,7
Mar./02	9 401	9,9	15,8	723	736	588 580	1 694 484	401 451	216,4	16,0
Abr./02	13 097	10,4	15,7	736	754	625 105	1 701 398	455 825	-10,3	18,5
Mai/02	-6 787	10,7	16,0	740	749	646 439	1 642 984	561 499	-	-
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	745	749	678 973	1 637 050	568 815	-	-
Jul./02	-	10,3	15,9	-	-	652 067	1 567 947	827 554	-	-
Ago./02	-	-	-	-	-	657 319	1 596 148	-	-	-
Set./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

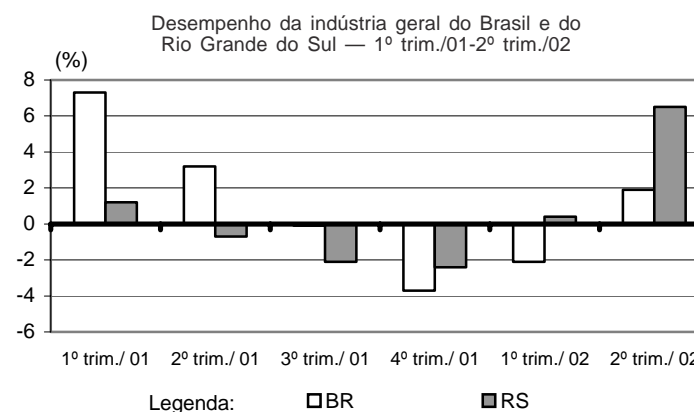
(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## Indústria gaúcha em trajetória de expansão

De acordo com os índices de produção física do IBGE, no primeiro semestre de 2002 a indústria brasileira praticamente igualou o nível de produção dos primeiros seis meses de 2001, registrando uma queda de 0,1%. Já no Rio Grande do Sul, a trajetória da produção industrial apresentou melhor performance do que a nacional, acumulando uma expansão de 3,6% no mesmo período. A superioridade do desempenho regional pode ser observada principalmente no segundo trimestre de 2002, quando a produção industrial estadual cresceu 6,5% contra 1,9% da indústria brasileira.

Em nível nacional, a extração de petróleo e de gás natural e a agroindústria vêm sendo apontadas como os principais setores dinamizadores da produção fabril no primeiro semestre de 2002. Quanto à indústria gaúcha, o bom desempenho foi puxado, principalmente, pelas boas safras agrícolas de 2001 e pelos incentivos concedidos para a renovação do parque de máquinas agrícolas, que impulsionaram a indústria mecânica, pela produção de colheitadeiras e tratores, e a de material de transporte, pela fabricação de caminhões, reboques e semi-reboques. Deve também ser destacada a expressiva expansão da produção de fumo em folha beneficiado, destinada, principalmente, ao mercado externo. Especificamente no segundo trimestre de 2002, por sua vez, sobressai a expressiva melhora da performance do gênero química, que,

depois de um longo período enfrentando a concorrência dos produtos petroquímicos de origem asiática no mercado brasileiro e da elevação do preço da nafta, a sua principal matéria-prima, voltou a expandir a produção, apresentando uma taxa de crescimento positiva de 7,6%.



FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm como base igual trimestre do ano anterior = 100.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

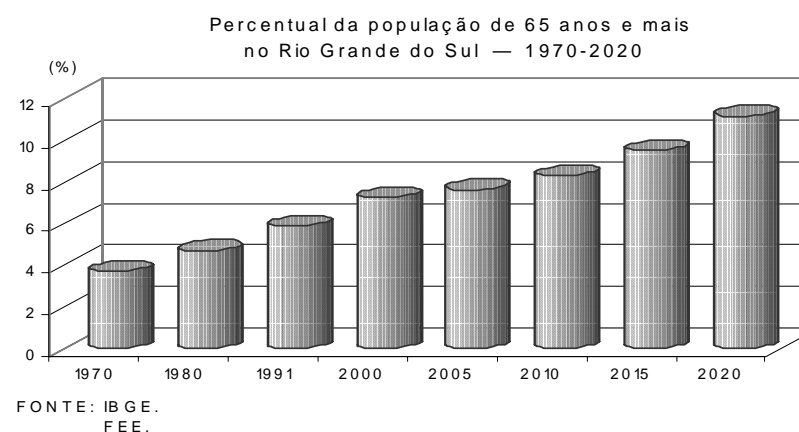
## Envelhecimento populacional do Rio Grande do Sul

À medida que os dados do Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE vão sendo publicados, tendências demográficas observadas nas décadas anteriores vão sendo confirmadas. Em primeiro lugar, tem-se a queda nas taxas de fecundidade das mulheres brasileiras, havendo uma convergência nos níveis de fecundidade regionais. As tabulações avançadas do Censo revelam que o número médio de filhos por mulher no Brasil, entre 1970 e 2000, caiu cerca de 60%, passando de 5,8 para 2,3. As únicas regiões que estão acima da média brasileira são a Norte e a Nordeste. Com a queda da fecundidade, aliada ao aumento da expectativa de vida ao nascer, tem-se como consequência o envelhecimento populacional.

No Rio Grande do Sul, o percentual de pessoas com 65 anos e mais em relação à população total dobrou nos últimos 30 anos:

passou de 3,7% em 1970 para 7,2% em 2000. Projeções populacionais realizadas pela FEE indicam que o número de idosos em 2015 ultrapassará a cifra de um milhão de pessoas, representando 9,5% da população total. Segundo dados do **Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU** de 2002, o percentual de idosos nos países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio era de 5,9% em 2000 e estimado em 7,5% para 2015. Já para os países com IDH elevado, esses percentuais são de 13,9% em 2000 e de 17,3% em 2015.

O crescimento relativo do número de idosos em relação à população total aponta a necessidade de intervenção pública para dotar a sociedade de infra-estrutura adequada para atender a esse contingente populacional.



Marilene Dias Bandeira (FEE/NIS)

## Exportações gaúchas: o que esperar de 2002

É pouco provável que o RS repita em 2002 a performance exportadora de 2001, que atingiu US\$ 6,35 bilhões. De janeiro a julho, as exportações gaúchas haviam alcançado US\$ 3,56 bilhões, 5% aquém do verificado em igual período do ano anterior. A *débâcle* argentina foi a maior responsável por essa queda, que o discreto crescimento econômico dos EUA não conseguiu compensar plenamente. Além disso, outros fatores conjunturais vêm atingindo de forma diferenciada cada mercado específico.

Os exportadores de calçados, produto mais exportado pelo Estado, redirecionaram, em parte, a produção não comercializada na Argentina, graças, principalmente, às vendas para o México, que passou da sexta para a terceira posição entre os importadores de calçados gaúchos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido. Os produtores de móveis também buscaram o redirecionamento, mas, de significativo, só conseguiram aumentar as vendas para os Estados Unidos, já seu principal comprador. A mesma sorte não tiveram as empresas do Pólo Petroquímico de Triunfo: sem conseguir, até o momento, substituir as perdas nos fluxos para a Argentina, deverão fechar o segundo ano consecutivo com queda nas exportações — talvez não tão expressiva, porque a base de comparação, igual período do ano anterior, já se apresentava bastante deprimida.

Para os produtos pouco ou nada dependentes do mercado argentino, de uma maneira geral, a situação está melhor. É o caso do fumo, que, além de uma safra recorde e de boa qualidade, foi favorecido pela queda na produção de dois grandes concorrentes, os Estados Unidos e o Zimbábue. Por outro lado, dificilmente o complexo soja repetirá a performance do ano anterior, devido à frustração da safra e à esperada retração das importações da China — principal compradora de grãos de soja do Estado. Mesmo que se confirmem os comportamentos positivos das exportações de farelo e, especialmente, de óleo de soja, isso provavelmente não deverá compensar as perdas na venda do grão.

Também as exportações de carne de frango se encontram fragilizadas. Em 2001, seu excelente desempenho foi influenciado por problemas sanitários no rebanho bovino europeu e no avícola dos Estados Unidos, que viabilizaram ganhos de mercado na Europa e no Japão respectivamente. Em 2002, as exportações gaúchas estão sob fogo cerrado: no mercado europeu, os produtores

locais conseguiram aprovar uma medida protecionista que começará a surtir efeito a partir do final de outubro; no japonês, os Estados Unidos estão de volta ao mercado. Já as projeções de crescimento para as vendas externas de outros importantes produtos industriais — como motores diesel, carrocerias, ônibus e tratores —, provavelmente se concretizarão, uma vez que, na maioria dos casos, se baseiam em contratos já assinados e que dificilmente deixarão de ser honrados.

Exportações do Rio Grande do Sul por capítulos — jan.-jul./01 e jan.-jul./02

CAPÍTULOS	VALOR (US\$ 1 000 FOB)			PARTICIPAÇÃO %	
	2001	2002	Δ%	2001	2002
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes .....	809 118	721 410	-10,84	21,55	20,27
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados .....	536 248	571 820	6,63	14,28	16,07
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos .....	240 326	240 938	0,25	6,40	6,77
02 - Carnes e miudezas, comestíveis .....	244 046	227 379	-6,83	6,50	6,39
12 - Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc. ....	277 090	196 137	-29,22	7,38	5,51
87 - Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acesórios .....	173 909	195 396	12,36	4,63	5,49
41 - Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros .....	177 439	165 147	-6,93	4,73	4,64
23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc. ...	146 477	156 603	6,91	3,90	4,40
39 - Plásticos e suas obras .....	160 306	115 375	-28,03	4,27	3,24
15 - Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc. ....	74 215	96 331	29,80	1,98	2,71
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc. ....	89 399	78 519	-12,17	2,38	2,21
<b>Subtotal</b> .....	<b>2 928 573</b>	<b>2 765 056</b>	<b>-5,58</b>	<b>78,01</b>	<b>77,70</b>
Outros .....	825 419	793 784	-3,83	21,99	22,30
<b>TOTAL</b> .....	<b>3 753 992</b>	<b>3 558 840</b>	<b>-5,20</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Álvaro Antônio Garcia (FEE/NERI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 04.09.02).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
 Siegfried Emanuel Heuser  
 Presidente: José Antonio Fialho Alonso  
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan  
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,  
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e  
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser  
 Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre - CEP 90010-283  
 E-mail: conjuntura@fee.tche.br  
 www.fee.tche.br

### EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

### Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisores: Breno Camargo Serafini, Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Roselane Vial e Susana Kerschner.

### Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.